

# Contradições e Hierarquias nas Ideologias Linguísticas do Conselho Nacional de Imigração

## Contradictions and Hierarchies in Linguistic Ideologies of the National Immigration Council

Joana Plaza Pinto\*

**RESUMO:** Neste artigo, analiso o impacto das mudanças dos fluxos migratórios para o Brasil nas configurações das ideologias linguísticas circulantes nas decisões debatidas e registradas em atas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e discuto as consequências dessas novas configurações para as hierarquias identitárias nacionais. A análise fundamenta-se nos estudos contemporâneos sobre ideologias linguísticas e processos de diferenciação linguística. A pergunta principal é: como as ideologias linguísticas intersectam com categorias de diferença nas discussões e encaminhamentos consequentes sobre migrações num espaço institucional de representação do Estado brasileiro? Para responder a essa pergunta, a análise está organizada em dois conjuntos: as concepções sobre língua(s) e as regulações de recursos linguísticos. Os resultados mostram que, desde 2006, as intersecções entre categorias de identidade e as ideologias linguísticas ficaram mais complexas, contraditórias e hierarquizantes. A circulação de duas ideologias linguísticas contraditórias – o monolinguismo brasileiro e o inglês como língua franca – torna perversa a hierarquização de grupos marcados por categorias de diferença nacional na definição de condições de acesso e permanência em território brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ideologias Linguísticas. Imigração. Diferença. Diferenciação. Nacionalidade.

**ABSTRACT:** In this paper, I analyze the impacting changes of migration flows to Brazil in the linguistic ideologies decisions current in the decisions recorded on the minutes of the National Immigration Council (CNIg) and I also discuss the consequences of these changes for national identity hierarchies. The analysis is based on contemporary studies on language ideologies and processes of linguistic differentiation. The main question is: how language ideologies intersect with categories of difference in discussions and consequent referrals about migration at an institution representative of the Brazilian state? To answer this question, the analysis is organized into two sets: the conceptions of language(s) and the regulations of language resources. The results show that, since 2006, the intersections between identity categories and language ideologies have become more complex, contradictory and hierarchized. The circulation of two contradictory language ideologies – Brazilian monolingualism and English as a lingua franca – hierarchizes perversely groups marked by categories of national differences in the definition of conditions of access and permanence in Brazilian territory.

**KEYWORDS:** Language Ideologies. Migration. Difference. Differentiation. Nationality.

---

\* Professora Associada da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO. Bolsista CNPq (Modalidade PQ, Processo 308412/2012-5). Email: joplazapinto@ufg.br. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro à pesquisa (Chamada Universal 14/2013, Processo 473822/2013-0).

## 1. Introdução

Neste artigo, analiso o impacto das mudanças dos fluxos migratórios para o Brasil nas configurações das ideologias linguísticas circulantes nas decisões debatidas e registradas em atas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e discuto as consequências dessas novas configurações para as hierarquias identitárias nacionais. Minha preocupação principal é debater como a produção da identidade por categorias de diferença (BRAH, 2006; HALL, 2007) intersecta com as ideologias linguísticas em mudança. No caso específico do CNIg, este órgão é considerado aqui como um espaço institucional de circulação de ideologias linguísticas que configuram novas e reconfiguram velhas formas de hierarquias identitárias ao longo das mudanças intensas de mobilidade transnacional da última década.

Como uma instância colegiada submetida a um Ministério estatal, poderíamos pressupor que o CNIg confirmasse a ideologia linguística hegemônica do Estado nacional. Na medida em que o princípio de existência do CNIg é a mediação de entradas e saídas de populações do Brasil, como nação, de ou para outras nações, a principal formulação ideológica sobre línguas nas atas do CNIg é a correspondência essencializada e estática entre língua oficial e nação, acompanhada de formas variadas de expressão do monolinguismo (considerado como fato ou como necessidade) nacional, conforme argumentarei adiante. Até aqui, nenhuma novidade.

No entanto, como já discuti em outras oportunidades (PINTO, 2008; 2012), as mudanças no mundo contemporâneo afetam ambas as práticas identitárias e as práticas linguísticas, perturbam e rearticulam o modo como grupos marcam, negociam e agenciam categorias de identidade, categorizações linguísticas e a articulação entre elas. Como estudos recentes têm discutido (BLOMMAERT, 2010, 2012a, 2012b, 2013; BLOMMAERT; RAMPTON, 2011; BUSCH, 2012; EXTRA, SPOTTI e VAN AVERMAET, 2009; JACQUEMET, 2005, 2011, 2013; MOITA LOPES, 2013; VERTOVEC, 2007; WANG et al, 2014), a diversidade na sociedade contemporânea é afetada marcadamente pela interação entre duas forças de mudança: “novas e mais complexas formas de migração e novas e mais complexas formas de comunicação e circulação do conhecimento”<sup>1</sup> (BLOMMAERT, 2013, p. 5). Cresce cada vez mais a mobilidade espacial no mundo e também no Brasil, em diversos graus e escalas, com diferentes motivações e categorias sociais envolvidas. Essas novas

---

<sup>1</sup> Todas as traduções de trechos de obras em língua inglesa foram feitas por mim exclusivamente para este artigo.

formas de mobilidade não podem ser analisadas no modelo tradicional de interpretação das migrações, que a princípio significavam a mudança de uma pessoa ou grupo de uma região para outra, dentro ou fora do país, e o conseqüente rearranjo (social e linguístico) na nova região. Esse modelo previa migrações coordenadas e a promoção de sua estabilidade. As categorias de diferença mais conhecidas nos estudos linguísticos sobre migração, como nacionalidade, etnicidade, língua, religião, se diversificam e fragmentam suas zonas de sedimentação em interação com a diversidade de motivos, padrões, processos de inserção (no mercado de trabalho e de moradia, por exemplo) em jogo nos fluxos migratórios das últimas décadas. Vertovec (2007, p. 1049) chama o resultado da interação dessas forças de “interação de múltiplos eixos de diferenciação”, o que ficou conhecido como a *diversificação da diversidade*. O desafio analítico desse novo contexto pode ser sintetizado conforme Extra, Spotti e Van Avermaet (2009, p. 4):

Este tipo de diversidade é de um tipo mais complexo no qual nem a origem da pessoa, nem seus presumidos motivos para migração, nem suas ‘carreiras’ como migrantes (sedentário versus de curto prazo ou transitório), nem suas características socioculturais e linguísticas podem ser pressupostas.

Essa complexidade é ainda intensificada pelas diferentes escalas de interação linguística via novas tecnologias de comunicação, da telefonia móvel à conexão ininterrupta com a Internet em situação de mobilidade, o que transforma não somente as formas de interação entre imigrantes e pessoas do país ou região de origem, mas também as interações entre pessoas de diferentes partes do mundo. A articulação entre essas duas forças resulta em configurações de práticas linguísticas inesperadas, o que Jacquemet (2013, p. 202) destaca como “as práticas comunicativas multilíngues encontradas na intersecção entre pessoas desterritorializadas e interfaces digitais”.

É fundamental destacar que essa diversificação da diversidade não se produz sem hierarquias e desigualdades. Num movimento dinâmico de ajustes, cumplicidades e oposições nas relações de poder também em variadas escalas – de nações à vizinhança, da diplomacia à educação formal, migrantes circulam em variadas posições hierárquicas (definidas heterogênea e dinamicamente) nas novas formas de mobilidade e acessam desigualmente as novas formas de comunicação e circulação do conhecimento (BLOMMAERT, 2010). Tal movimento não é livre ou arbitrário, mas regulado por grupos sociais e instituições de acordo com interesses, que podem ser naturalizados e sedimentados ou contingentes e transitórios ao responder às ações de seus oponentes (KROKRISTY, 2000). Não há dúvidas de que, desde a

criação dos Estados nacionais, as instituições estatais são as principais reguladoras dessas duas forças: a migração e as comunicações.

Diante desse complexo cenário contemporâneo, a escolha das atas do CNIg como material empírico para discutir como a produção da identidade por categorias de diferença intersecta com as ideologias linguísticas em mudança ocorreu por duas razões.

A primeira razão é o fato de que o CNIg, sendo uma instância de regulação de fluxos migratórios, está condicionado a uma dinâmica relação entre macroprocessos político-econômicos e as hierarquias de usos linguísticos, como mostram os estudos das ideologias linguísticas e regimes metadiscursivos (BAUMAN; BRIGGS, 2003; BEHARES, 2011; BLOMMAERT, 1999; BLOMMAERT, 2010; COUPLAND, 2010; DUCHÊNE; MOYER; ROBERTS, 2013; HELLER; MARTIN-JONES, 2001; IRVINE; GAL, 2000; KROSKRITY, 2000; MAKONI; PENNYCOOK, 2007; SIGNORINI, 2008). Essa dinâmica é especialmente evidente e urgente de ser compreendida em contextos migratórios ou em contextos afetados pelos fluxos migratórios contemporâneos, como é o caso do CNIg, porque, em função da regulação das fronteiras feita pelos Estados-nação, tais contextos são condicionados explicitamente pela interação entre políticas sociais e econômicas (nacionais ou transnacionais) e práticas linguísticas locais, cujas consequências se refletem diretamente na regulação hierárquica de identidades “desejáveis” e “indesejáveis” para os Estados nacionais, definindo quem pode falar e em que língua deve falar dentro do território nacional. Uma parte significativa de pesquisas argumenta que as ideologias linguísticas são fundamentais para a construção do Estado-nação como uma comunidade imaginada (BHATT, 2010; BOKHORST-HENG, 1999; COLLINS, 1999; DIGIACOMO, 1999; PRATT, 1987), e que os próprios críticos dos nacionalismos, como Anderson (2008), construíram cenários monolíngues imaginados como “realidades” em suas argumentações (IRVINE; GAL, 2000; KROSKRITY, 2000; MIGNOLO, 2003; PHILIPS, 2000; PRATT, 1987; SILVERSTEIN, 2000). Em complemento, estudos discutem como esse mesmo Estado se constrói como a voz legítima e hegemônica nas decisões sobre as permissões, proibições, promoções e exigências de práticas linguísticas em fluxos migratórios (BLOMMAERT, 2013; CODÓ, 2008; CODÓ, 2013; DALMAU, 2013; DICK, 2011; HELLER, 2001; JACQUEMET, 2011; MARTIN-JONES; SAXENA, 2001; MOORE, 2001; ROJO, 2013). No Brasil também pesquisas e debates, com diferentes focos e abordagens, salientam a interação entre a imaginação da nação e as ideologias linguísticas (DIAS, 1996; FARACO, 2001; MAHER, 2010; MARIANI,

2004; PAIVA, 2008; SANTOS; CAVALCANTI, 2008; SILVA; RAJAGOPALAN, 2004), assim como alguns focam em contextos migratórios, especialmente nas proibições linguísticas (ALTENHOFEN, 2004; FRITZEN, 2008; FRITZEN, 2011; FRITZEN, 2012; OLIVEIRA, 2009; SEYFERTH, 1997; SEYFERTH, 2004) e outros nas permissões ou promoções linguísticas (BEILKE, 2013; MELLO, 2001; PEREIRA; COSTA, 2007). Quando um Estado-nação estabelece os limites linguísticos e as gradações de práticas de seu território (línguas obrigatórias, aceitáveis e proibidas), cria ao mesmo tempo condições para limitar e diferenciar corpos falantes. Ao analisar as atas do CNIg ao longo de dez anos, é possível avaliar o impacto das migrações contemporâneas em direção ao Brasil no (re)estabelecimento dos limites linguísticos no caso do Estado brasileiro e como consequência discutir como essas mudanças articulam categorias de diferença com ideologias linguísticas.

A segunda razão para a escolha das atas é sua natureza textual. As atas apresentam características quanto à co-textualização e ao status textual que orientam sua legitimidade. Essa legitimidade é indiciada ao mesmo tempo no sentido dialógico de sua construção (processo) e na sedimentação das atas do CNIg como texto-artefato (produto). Primeiro, quanto à co-textualização, as atas se inserem explicitamente numa cadeia dialógica de entextualizações (BAUMAN; BRIGGS, 1990; HANKS, 1989; SILVERSTEIN; URBAN, 1996). Bauman e Briggs (1990, p. 73) definem entextualização como “o processo de tornar o discurso extraível, de converter um trecho de produção linguística em uma unidade – um *texto* – que pode ser retirada do seu cenário interacional”. As discussões nas reuniões do CNIg lidam com textos diversos – relatórios, notícias, protocolos, declarações, demandas, processos, leis, regulamentos, acordos, depoimentos, outras atas – cujos extratos são então descontextualizados e recontextualizados ao longo das discussões e seus consequentes encaminhamentos. Além de documentos escritos oficiais (processos, leis, regulamentos, convenções, acordos etc.) e produções orais oficiais esperadas nos extratos inseridos nas atas como documento oficial, nelas se encontram extratos de textos de notícias e reportagens, incluindo menções explícitas a “publicações na mídia sobre migrações” (Ata do CNIg de 4 set. 2007<sup>2</sup>). Se avaliarmos extratos de eventos e temas, as atas também entextualizam pautas duradouras na mídia; assim, por exemplo, as atas de 2008 estão repletas de discussões sobre a migração japonesa (por causa das comemorações dos 100 anos da migração japonesa ao

---

<sup>2</sup> Todas as Atas do CNIg serão referenciadas no corpo do texto por data. Uma entrada única consta nas Referências para indicar o endereço online das Atas no Ministério do Trabalho e Emprego.

Brasil) e as atas a partir de 2010 em diante pautam constantemente a migração haitiana para o Brasil (em crescimento por causa do terremoto catastrófico no Haiti em 11 de janeiro de 2010). Além da heterogeneidade das produções escritas e orais intra e extra reuniões entextualizadas nas atas, é importante destacar que tais entextualizações ocorrem numa categoria metadiscursiva, neste caso o gênero *ata*, que “parece congelar ou fixar o texto sociointeracional, projetando de entextualizações específicas para os passados ou os futuros textos, com efeito fornecendo um padrão, ou modelo, ou exemplar textual ‘canônico’, sob condições apropriadas.” (SILVERSTEIN; URBAN, 1996, p. 8). Nesse sentido, a heterogeneidade dos extratos de produções vem acompanhada de uma institucionalização dos apagamentos, isto é, em seu modelo, a ata pode e deve promover sumarização de discussões. E por isso mesmo, a construção de sentido das atas é “capaz de recalibrar a categoria metadiscursiva para projeções futuras” (SILVERSTEIN; URBAN, 1996, p. 8), significando na prática interacional o realce de colocações e os pedidos estratégicos de inserções em ata, conforme ocorre o processo de sua construção. Em suma, o que lemos é o resultado de um processo de entextualização das produções orais e escritas realizadas durante as reuniões.

Segundo, quanto ao status textual das atas, esse processo e conseqüentemente tais produções são submetidos a um ato de controle que legitima certos trechos produzidos como registráveis nas atas, eliminando outros, dando origem a um produto, *ata*, como “texto autorizado” (BAUMAN; BRIGGS, 1990, p. 77). Como gênero de relato de discussões em reunião oficial de um órgão, as atas são, portanto, um “texto autorizado” do CNIg, submetido ao controle e protegido de intervenções e transformações após a versão publicada no site do órgão. Como “texto autorizado” de um Estado-nação, a ata do CNIg está submetida ao controle não apenas para garantir a legitimidade de um modelo textual ou de extratos “registráveis” de documentos e discussões (e conseqüentes decisões), como a legitimidade de certa ideologia linguística. A ata como representante de escrita oficial do Estado brasileiro indicia certos aspectos do monolinguismo nacional. Voltarei nesse ponto na análise.

Antes, apresento mais alguns aspectos centrais do quadro teórico-analítico, sem me repetir em itens já discutidos nessa seção, que são utilizados na interpretação e sistematização das ideologias linguísticas nas atas do CNIg.

## 2. Expandindo e especificando o quadro teórico-analítico

Estudos contemporâneos têm centrado forças em entender como categorias metadiscursivas, usadas em nosso cotidiano, nas instituições ou na descrição de línguas, são parte central do funcionamento da linguagem em uso (BAUMAN; BRIGGS, 2003; BLOMMAERT, 1999; IRVINE; GAL, 2000; GAL, 2005; KROSKRITY, 2000, 2006; MAKONI; PENNYCOOK, 2007; POVINELLI, 2006; PRATT, 1986; SIGNORINI, 2008; SILVERSTEIN, 1993; SILVERSTEIN; URBAN, 1996; WOOLARD; SCHIEFFELIN, 1994). O conceito de linguagem e seus conceitos correlatos (língua, fala, escrita, discurso etc.) foram performativamente construídos como parte da metalinguagem do mundo moderno/colonial (MIGNOLO, 2003), construindo e nomeando línguas e, portanto, constituindo regimes metadiscursivos. Esses regimes definem, por exemplo, como falar sobre a linguagem, onde começa e onde termina uma língua, e onde há uma língua ou onde há um dialeto ou variedade. Os regimes metadiscursivos devem ser analisados como parte das ideologias linguísticas. Sendo dinâmico e interacional como a linguagem que o estrutura e é estruturada nele dialeticamente, um regime metadiscursivo pode integrar diferentes ideologias linguísticas e opor-se a regimes que integram um mesmo reconhecido conjunto ideológico (KROSKRITY, 2000).

As ideologias linguísticas são, portanto, múltiplas (KROSKRITY, 2006) e seus contextos potencializam diferentes perspectivas em jogo. Como conjuntos de racionalizações e justificativas sobre a estrutura das línguas e a linguagem em uso (SILVERSTEIN, 1979), as ideologias linguísticas costumam ser associadas à “consciência do falante” a respeito de sua própria língua, mas também às forças em disputa num “sistema cultural”. Aqui adoto como paradigma esta última associação entre ideologias linguísticas e forças culturais. Ao discutirem ideologias linguísticas como concepções culturais sobre línguas, linguagem e comunicação, Woolard e Schieffelin (1994, p. 55-56) destacam que

Ideologias da linguagem são significativas para a análise social assim como linguística porque elas não tratam apenas de linguagem. Ao contrário, tais ideologias preveem e encenam ligações da linguagem com identidade de grupo e pessoal, com estética, com moralidade, e com epistemologia. Através de tais ligações, elas frequentemente sustentam instituições sociais fundamentais. Desigualdade entre grupos de falantes e encontros coloniais por excelência colocam a ideologia da linguagem em alto relevo.

Assim, essas concepções culturais orientam nossa interpretação não apenas de estruturas linguísticas, mas também de categorias de recursos linguísticos, de falantes individualmente ou como grupos. Essas orientações são construídas num processo dialético entre as ideologias linguísticas e suas expressões metalinguísticas e estruturas metapragmáticas (SILVERSTEIN, 1979, p. 233).

Nesse sentido, os recursos linguísticos, definidos como “um complexo de meios linguísticos e habilidades comunicativas” (BLOMMAERT, 2001, p. 21), participam da regulação das ideologias linguísticas, são regulados dentro delas e afetam os grupos conforme as diferenças de acesso a esses recursos. Diferenças de proficiência na escrita ou na leitura de vários textos (em vários gêneros, como o texto legal, narrativas, pedidos formais etc.), ou o desempenho de determinadas variedades linguísticas (em várias línguas), “todas essas diferenças – diferentes graus de proficiência que varia de ‘nada’ ao ‘domínio pleno’ de códigos, variedades de línguas e estilos – são socialmente consequentes” (BLOMMAERT, 2001, p. 21). Esses recursos não são apenas diferentes, mas também são hierarquizados em termos de adequação funcional. A regulação dos recursos linguísticos afeta, portanto, a interação, ou seja, a questão aqui não é apenas quem tem o direito a falar ou em que língua ou variedade, mas como tal regulação é acionada na diferenciação (IRVINE; GAL, 2000) e produção da desigualdade (BLOMMAERT, 2001). Isso significa que os regimes metadiscursivos sobre as línguas participam ativamente da construção dinâmica e relacional da diferença e da produção de subjetividades desiguais no contexto da história do colonialismo e do capitalismo.

Diante dessa heterogeneidade teórica dos estudos de ideologias linguísticas e suas sobreposições conceituais, Kroskrity (2006, p. 501) apresenta cinco níveis do que ele chama de “camadas de significação parcialmente sobrepostas mas analiticamente distinguíveis” nos estudos sobre ideologias linguísticas: (1) interesses de grupos ou individuais; (2) multiplicidade de ideologias; (3) consciência de falantes; (4) funções mediadoras das ideologias; e (5) papel da ideologia da linguística na construção da identidade.

Este artigo apresenta uma análise das atas do CNIg tendo em vista o nível (4), as funções mediadoras das ideologias linguísticas. Como as ideologias linguísticas intersectam com categorias de diferença nas discussões e encaminhamentos consequentes sobre migrações num espaço institucional de representação do Estado brasileiro? Para responder a essa pergunta, apoiada em estudos diversos, a análise está organizada em dois conjuntos: as



concepções sobre língua(s) e as regulações de recursos linguísticos. No início da seção de análise, retomarei a definição desses dois conjuntos.

### 3. As atas e seu contexto institucional

A pesquisa mais ampla a qual pertence este artigo<sup>3</sup> procura discutir a intersecção entre categorias de diferença e ideologias linguísticas em textos públicos brasileiros multimodais (incluindo imagens e escrita linear), com circulação ampla e variada, publicados em revistas e jornais de notícias, e também em documentos governamentais disponíveis em portais do governo relacionados ao tema da migração, o Ministério da Justiça (incluindo a Polícia Federal), o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Ministério das Relações Exteriores.

O período priorizado para seleção dos textos é a última década (2003-2013). A discussão pretende contemplar um período de mudanças variadas, promovidas pelos governos Lula e Dilma, na política brasileira de migração nacional e transnacional (promoção de desenvolvimentos regionais, diálogos e comércio Sul-Sul etc.), e impactos variados também de acontecimentos transnacionais na realidade migratória brasileira (crise econômica internacional, terremoto no Haiti, destaque da economia brasileira no Mercosul e no mundo etc.).

Logo no início da seleção dos textos<sup>4</sup>, foram encontradas as atas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, disponíveis no site oficial do CNIg para consulta e download. Pelas razões já apresentadas na seção de Introdução, as atas se mostraram o melhor caso como primeiro conjunto de análise.

São 94 atas publicadas de 16 de fevereiro de 2004 a 10 de dezembro de 2013, acessadas e salvas desde agosto de 2013 até março de 2014. As reuniões ordinárias do CNIg são mensais e não ocorrem nos meses de janeiro e julho, o que levaria à produção de dez atas por ano. No entanto, nos anos iniciais ocorreram menos reuniões e nos últimos ocorreram reuniões extraordinárias. Assim, em 2004 foram 6 reuniões, em 2005 e 2006 foram 9 em cada

---

<sup>3</sup> Pesquisa "Marcas corporais, marcas linguísticas: intersecções metadiscursivas entre línguas e corpos no Brasil", com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Processo 473822/2013-0).

<sup>4</sup> Os critérios de seleção dos textos variaram de acordo com a fonte principal. Para os portais governamentais, foi usada para busca uma única palavra-chave, "migração" e palavras correlatas (como "migrante", "imigração"), de maneira a conhecer mais as políticas migratórias brasileiras, independentemente de tratarem explicitamente de questões linguísticas. Para jornais e revistas, foi usada a busca cruzada com as palavras-chave "migração" e "língua" e palavras correlatas (como "idioma").

ano, em 2007 constam 10 reuniões no site mas só podemos acessar 9 atas<sup>5</sup>, 2008, 2009, 2010, 2011 foram 10 reuniões, em 2012 foram 11 reuniões e em 2013 novamente temos as 10 reuniões ordinárias esperadas. Em abril de 2014, a primeira ata do ano já tinha sido publicada, mas o ano de 2014 não está incluído nesta análise.

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão colegiado criado em 1980, ainda durante o último Regime Militar (1964-1985), tem seu funcionamento atual definido em legislação de 1993 e de 2000. Apesar de ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, o CNIg estabelece relações diretas com o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores e com a Polícia Federal, que encaminham processos para o CNIg, além de terem assentos no próprio conselho.

O Regimento Interno do CNIg (BRASIL, 1996) prevê que o conselho seja composto por representantes de sete ministérios (do Trabalho, da Justiça, das Relações Exteriores, da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, da Saúde, da Indústria, Comércio e Turismo, da Ciência e Tecnologia), quatro entidades representantes de trabalhadores, quatro de empregadores e uma representante da comunidade científica e tecnológica. Em geral, a CUT, a Força Sindical, a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) representam esse segmento, sendo obrigatório que essas representações sejam ocupadas por centrais sindicais. As confederações nacionais de indústria, comércio, agricultura, transporte e instituições financeiras representam empregadores. E a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC) representa a comunidade científica. Há ainda uma lista de instituições observadoras, incluindo a AGU (Advocacia Geral da União), a Defensoria Pública da União (DPU), o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), a Comissão Nacional para População e Desenvolvimento (CNPD), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a OIM (Organização Internacional de Migração), além da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e de quatro secretarias (Secretaria de Políticas Para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS), Secretaria dos Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas

---

<sup>5</sup> Na lista de atas de 2007, o link para download de uma das atas, a de 3 de maio de 2007, abre a ata de julho do mesmo ano, provavelmente um erro de postagem das pessoas responsáveis pelo site. Já reporte o erro em setembro de 2013, mas na minha última tentativa de acesso, em 28 de abril de 2014, o arquivo continuava errado.

de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)). As instituições observadoras têm direito a voz e algumas são ativas participantes das discussões<sup>6</sup>.

Instância de representação complexa, com representantes de atores sociais diversificados, o CNIg tem funções que vai da formulação e coordenação de políticas migratórias ao fornecimento de estudos sobre fluxos migratórios e decisões sobre casos omissos. Entre pautas amplas de suas atribuições, há ainda a apresentação de processos de visto para trabalho no Brasil, provavelmente os casos omissos definidos nas atribuições do CNIg. Além disso, o CNIg tem sido requisitado para avaliar ações de naturezas diversificadas pelo fato de que imigrantes estão envolvidos nelas; por exemplo, o pedido de regularização de uma rádio comunitária em São Paulo encaminhada em carta pela comunidade boliviana. Não é possível saber pela ata se essa regularização teria sido encaminhada pelo Ministério das Comunicações ou se foi a própria comunidade boliviana que primeiramente decidiu encaminhar o processo de regularização de sua rádio ao CNIg. Essa omissão é sintomática, pois as atas do CNIg tratam de eventos os mais diversos em função de envolvimento de imigrantes em tais eventos, indicando uma característica do CNIg como referência para “problemas com imigrantes” para além das funções esperadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

#### 4. Análise

Como já apontei, a análise aqui apresentada se organiza em dois conjuntos: as concepções sobre língua(s) e as regulações de recursos linguísticos. Nas concepções sobre língua(s), são levadas em consideração as categorias metadiscursivas presentes nas atas para referência a língua(s) (incluindo o próprio termo “língua”) e sua articulação com categorias de identidade, ou seja, como as ideologias linguísticas imaginam as línguas correspondendo a representações de grupos sociais e com que processos semióticos o fazem (IRVINE; GAL, 2000). Nas regulações de recursos linguísticos, são levadas em consideração os tipos de expressões metalinguísticas e estruturas metapragmáticas usadas para permissões, proibições, promoções e exigências de práticas linguísticas e a que grupos esses atos de regulação se aplicam.

---

<sup>6</sup> A questão das vozes institucionais nas atas do CNIg na construção das ideologias linguísticas é tão complexa que está em construção numa análise exclusiva.

Esses dois conjuntos não são claramente delimitados, ao contrário, formam também conjuntos interseccionados e a descrição de cada conjunto indica certas persistências e certas mudanças das ideologias linguísticas no cenário brasileiro. Como a análise leva em consideração a ata como “texto autorizado”, conforme discutido na Introdução, esses conjuntos são avaliados como circulação de ideologias linguísticas autorizadas pelo Estado brasileiro, no sentido gramsciano de produção de ajustes entre ideologias “dominantes” e “opponentes” (KROSKRITY, 2000).

#### 4.1. Concepções sobre língua(s)

Duas categorias metadiscursivas principais referem às línguas nas atas, “idioma” e “língua”. É possível encontrar os dois termos numa mesma ata de maneira intersubstituível na entextualização atribuída a um mesmo membro, como nesses dois trechos (a interrupção para a seleção dos trechos na citação está marcada pelas reticências entre colchetes) do mesmo relato de visita aos trabalhadores brasileiros na região de Boston/EUA, relato este atribuído ao Presidente do CNIg à época:

(1)

Por outro lado, a comunidade [brasileira em Boston] tinha muitos problemas devido à situação de acesso ao trabalho, dificuldade com a língua, dificuldades com a legislação [...] Ademais, afirmou que era uma comunidade que tinha condições de ser iniciado o projeto de levar apoio do ponto de vista do trabalho, informações, qualificação, capacitação em empreendedorismo, certificação profissional e até mesmo de idioma. (Ata de 4-5 mar. 2008, p. 16-17)

Em casos como esses, ambos os termos “língua” e “idioma” não apresentam qualificação, mas se referem a uma língua implícita atribuída ao país visitado. De 2004 a 2013, expressões como “o idioma” e “a língua” são encontradas como categorias indexicalizadas na oficialidade de registros linguísticos das nações, na língua suposta como usada naquele país, recuperável unicamente com encadeamentos extra-ata. Assim sendo, no relato sobre a visita a Boston, não há qualquer menção sobre que “língua” é essa mas também não há qualquer pedido de esclarecimento registrado em ata. Devemos concluir que se trata da língua inglesa?

Uma complexa combinação de dois processos semióticos – iconização e apagamento (IRVINE; GAL, 2000, p. 36-39) – estrutura essa concepção de língua nas atas porque

subsume três níveis diferentes – um conjunto de recursos linguísticos, uma representação oficial e um marcador de identidade – numa única categoria conceitual. Assim, uma variedade (a prática linguística local de brasileiros em Boston) e uma nacionalidade presumida (americana) são apagadas em “a língua” e o registro linguístico oficial monolíngue iconiza a língua objeto de dificuldade para brasileiros em Boston.

Essa iconização do registro oficial monolíngue como “a língua” ou “o idioma” do país fica mais evidente quando se analisam os contextos mais recorrentes para o termo “idioma”. Ainda que seja mais frequente encontrar os dois termos numa mesma ata de maneira intersubstituível, como é neste exemplo (1), eles também funcionam como categorias diferentes.

“Idioma” é inserido frequentemente nas atas acompanhado de “oficial” ou “estrangeiro”, estando tanto associado a quanto inserido em documentos oficiais:

(2)

Os documentos não redigidos no **idioma oficial do País** deverão estar devidamente traduzidos e consularizados, na forma da legislação em vigor (Trecho de uma resolução em discussão, Ata de 5-6 out. 2004, p. 4<sup>7</sup>)

(3)

Os documentos em **idioma estrangeiro** deverão ser autenticados pelas repartições consulares brasileiras e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil. (Trecho de uma resolução em discussão, Ata de 6 jul. 2005, p. 3)

O “idioma” é estatuto de um país, sendo sempre “oficial” e necessitando da marca “do País” com P maiúsculo para identificar o “Brasil” implícito, e o “estrangeiro” o de qualquer outro país. Sendo instância estatal, o CNIg entextualiza gêneros textuais oficiais (regulamentos, leis, decretos, convenções etc.) num contexto de mediação de entradas e saídas populações do país. Portanto essa iconização relaciona língua, nação e falante numa correspondência estática entre língua oficial e nação, enquanto apaga a nacionalidade como marca tão naturalizada que invisível.

É neste ponto que o termo “língua” encontra seu lugar mais frequente em composição com marcas de nacionalidade ainda associadas à oficialidade do registro, como no exemplo (4).

---

<sup>7</sup> Apesar de constar do modelo oficial de atas a identificação de linhas, nem todas as atas do CNIg contém essas identificações, por isso restrinjo a referência aos extratos por data da ata e página citada.

(4)

Esses haitianos estariam em Tabatinga e Manaus, na Amazônia. Muitos desses **haitianos** buscam ingressar na **Guiana Francesa**, porque a sua língua natal é **o francês**. (Ata de 10 nov. 2010, p. 10)

A sobreposição entre língua oficial – francês – e língua “natal” explicaria o suposto interesse de haitianos por outro país cuja língua oficial é a mesma. O registro linguístico oficial de um Estado-nação se converte em marca das práticas linguísticas de suas populações deslocadas. Essa iconização da nacionalidade como qualificação da língua de uma nação e o apagamento da nação na oficialidade do recurso linguístico podem ser relacionados à estrutura da ata como “texto autorizado”. Ou seja, a concepção de língua(s) nas atas do CNIg intersecta a circulação de ideologias linguísticas homogeneizantes na formação dos Estados nacionais, incluindo a ideia de “língua oficial” e “registro textual formal oficial”.

Esses processos semióticos ideológicos não são incompatíveis com mais um apagamento, o da categoria metadiscursiva, invisível na nacionalidade. Assim, além de “língua ou idioma oficial/estrangeira/o” e “língua + nacionalidade”, as atas usam com frequência expressões nominais para as línguas, como “o português”. Essas nominalizações são processos semióticos já estudados como parte dos regimes metadiscursivos do pensamento eurocêntrico (MAKONI; PENNYCOOK, 2007) que usou a homogeneização linguística como parte das estratégias de controle de territórios e legitimação nacional e exportou esse “jogo de nomeação” (MAKONI; MASHIRI, 2007) para suas colônias.

O controle do modelo textual da ata para fins de legitimidade institucional como documento com consequências é acompanhado da legitimidade da ideologia linguística que constrói a instituição. Isso significa que a ata indicia o monolinguismo esperado, mas de uma forma específica, como registro oficial, isto é, as línguas nacionais não seriam apenas homogêneas e representantes territoriais, elas são também línguas oficiais homogêneas reconhecidas em gêneros oficiais escritos. A Figura 1 sintetiza como os processos semióticos constroem as concepções de língua em circulação nas atas:

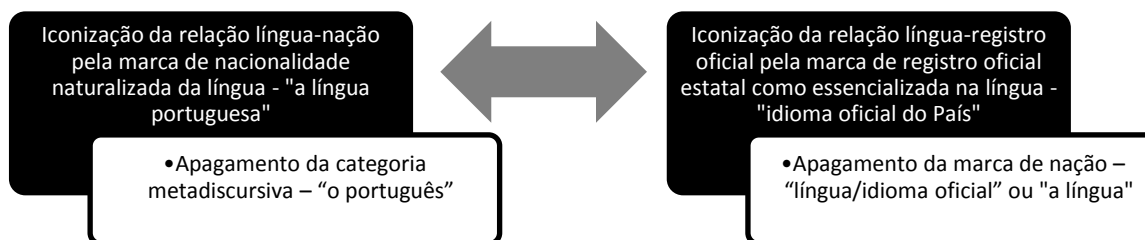


Figura 1: Esquema da construção de concepções de língua

#### 4.2. Regulações de recursos linguísticos

Não apenas as concepções de língua circulam nas atas, como também os recursos linguísticos são regulados em termos de permissões, exigências, promoções e proibições. Mas essas regulações intersectam com as regulações de categorias de diferença em termos de como certas diferenças significam permissões enquanto outras proibições, exigências ou promoções de tipos específicos.

Um típico nacionalismo monolíngue homogeneizante, como a seção anterior indica, circula livremente nas diferenciações construídas nas atas. A expressão "o idioma oficial", em oposição à expressão "idioma estrangeiro", sem qualquer menção explícita à língua portuguesa, é um tipo de estrutura implícita que intensifica o argumento: quando se trata do idioma oficial, nem é preciso indicar qual. A regulação em jogo é "O Brasil fala apenas o português e o estrangeiro que aprenda o idioma oficial", como fica explícito no trecho (5):

(5)

[...] compete ao migrante, assim como ao viajante eventual, **o ônus de se fazer entender** em meio a uma cultura diversa da sua original [...] (Ata de 18 ago. 2010, p 5).

Essa estrutura, permanente em todos os dez anos de atas analisadas, é a principal até aproximadamente 2006. Em decorrência de diferentes eventos, mas provavelmente intensificado pela exposição internacional do crescimento brasileiro no final do primeiro mandato de Lula e pela expansão das relações entre países BRICS, especialmente a partir de 2006, as línguas e os recursos linguísticos começam a ser debatidas mais explicitamente nas atas e a ideologia do monolinguismo ganha estruturas mais complexas, tornando possível identificar suas contradições e as contingências de seu formato.

Trata-se de um duplo vínculo – “Somos monolíngues e não somos monolíngues” – em que a língua se articula com outras categorias de diferença para produzir diferentes e desiguais acessos migratórios ao Brasil.

Expressões metalinguísticas e estruturas metapragmáticas orientam as práticas linguísticas para grupos diferenciados. Essas estruturas estão aqui organizadas em dois grupos sobre os quais incidem diferentemente permissões e proibições (ou exigências): o grupo daqueles que devem se submeter “ao ônus de se fazer entender” em nossa cultura nacional, *quem deve falar a língua portuguesa*, e o grupo daqueles que não precisam, *quem pode falar outras línguas*, que não estão submetidos à mesma ideologia do monolingüismo, mas a outra, a do inglês como língua franca no mundo globalizado.

*Quem deve falar a língua portuguesa?* Estruturas metapragmáticas de avaliação do contato linguístico orientam a exigência do aprendizado da língua oficial por parte de grupos de haitianos:

(6)

O [membro do Conselho] pontuou que os **imigrantes haitianos** têm sido bem recebidos pelos brasileiros, à medida do possível, mas que, ainda assim, **a barreira do idioma** se impõe e pode ser que eles sejam impelidos a se aglutinar em comunidades fechadas, dificultando sua integração à sociedade brasileira. Propôs que se cogitem iniciativas voltadas a **ensinar a língua portuguesa a esses imigrantes**, de modo a dirimir esse **risco**. (Ata de 10 ago. 2011, p. 3-4)

A nacionalidade como categoria de diferença é neste extrato articulada com avaliações metapragmáticas, racionalizações sobre a língua dos haitianos como “barreira” e o “risco” de comunidades linguísticas não falantes de língua portuguesa. A solução apresentada é a **promoção** da língua portuguesa para este grupo.

A “barreira” é uma metáfora comum para muitos outros temas dentro das atas (barreira financeira, barreira do idioma, barreira burocrática), não apenas para a língua, como poderia se esperar num órgão de regulação das imigrações num país. O que é particular nessa metáfora nas atas é que ela só vem associada a determinados grupos nacionais de imigrantes – haitianos teriam a “barreira do idioma” e a “barreira financeira” e nossos vizinhos do Mercosul teriam a “barreira burocrática”. A “barreira” é construída como uma marca de diferença: certos grupos (nacionais) estão expostos a barreiras (inclusive “do idioma”).



As relações entre países condicionam as avaliações metapragmáticas. O que em alguns casos é uma promoção da língua oficial para grupos recebidos com visto humanitário no Brasil (como é o caso do Haiti), em outros é uma exigência sem grandes explicações.

(7)

[o] [Presidente do Conselho] inform[ou] acerca da carta da **comunidade boliviana em São Paulo** pleiteando uma rádio comunitária regularizada. O [membro do Conselho] indicou que **um dos idiomas da rádio deveria ser o português**. (Ata de 15 dez. 2009, p. 10)

A avaliação sobre que língua a rádio comunitária da comunidade boliviana de São Paulo deve usar corta abruptamente o pleito, atravessando a discussão com uma regulação de que recursos linguísticos tal grupo de imigrantes deve praticar em sua rádio, a saber, “o português”.

*Quem pode falar outras línguas?* Se no caso das exigências e promoções sobre a língua portuguesa a regulação é da categoria de diferença (haitiano, boliviano) para a língua exigida (língua portuguesa), no caso das permissões a regulação é da língua permitida para as categorias de diferença. Assim, no exemplo (8), lemos uma orientação metapragmática para a escassez de tradutores juramentados para certas línguas – e, portanto, grupos de imigrantes falantes dessas línguas – sugerindo que a solução é um percurso à língua portuguesa mediado pela língua inglesa.

(8)

[Coordenador do CNIg] observou que dentre as exigências feitas pelo Conselho Nacional de Imigração, havia a exigência que os documentos de língua estrangeira fossem traduzidos por tradutor juramentado. Nesse sentido, solicitou auxílio na forma de proceder quando não existir tradutor juramentado no idioma do documento, citando como exemplo **a língua finlandesa**. O [membro do Conselho] sugeriu que o documento fosse traduzido para **a língua inglesa** e, **posteriormente**, para **a língua portuguesa**, por tradutor juramentado. O [Coordenador do Conselho] observou que não havia respaldo legal para se proceder dessa forma. O [Presidente do Conselho] observou que o Conselho Nacional de Imigração poderia editar ordem de serviço autorizando esse procedimento. **A sugestão foi aprovada** pelo Plenário do CNIg. (Ata de 5 set. 2006, p. 2)

A língua inglesa como mediadora entre línguas aparece pela primeira vez nesta ata do segundo semestre de 2006. Essa orientação para interpretar tal língua como mediadora não é

seguida pelo desenvolvimento dessa orientação, mas naturalizada na passagem da avaliação para a regularização da nova prática linguística proposta.

Essa proposta metapragmática aprovada – a tradução para o português mediada pela tradução para o inglês – é a abertura para regulações de futuras permissões linguísticas pelo CNIg que abre mais espaço ainda para a língua inglesa, como na discussão sobre a Resolução Normativa 26 sobre registro de adolescentes estrangeiros em entidades esportivas brasileiras:

(9)

[a] certidão de nascimento, [deve ser] **traduzida para o português ou inglês**, por tradutor juramentado. (Atas de 14 abr. e 12 mai. 2010)

Nesse trecho, vemos que a proposta de edição de “ordem de serviço autorizando esse procedimento” de mediação de tradução via língua inglesa reorienta a legitimidade de normas anteriores, como as presentes nos exemplos (2) e (3), reorientando igualmente a ideologia monolíngue homogeneizante do Estado brasileiro.

Recentemente, essa orientação metapragmática para a aceitação de práticas oficiais mediadas pela língua inglesa integra a regulação das permissões em contatos linguísticos com certos grupos considerados como falantes de línguas avaliadas como “problema” e “difíceis”. É o caso da discussão da denúncia sobre um grupo de jovens coreanos supostamente explorados por um centro esportivo no interior do Paraná:

(10)

Outro **problema** verificado na inspeção foi o idioma, já que **coreano** é muito difícil de interpretar, os meninos não falavam em **inglês**. (Ata de 14 mai. 2013, p. 10)

O inglês é então racionalizado como recurso franco de contato linguístico e sua permissão aumenta gradativamente como solução para problemas legais oficiais excepcionais (tradução juramentada de línguas supostamente pouco conhecidas), em seguida solução para práticas legais ordinárias (tradução juramentada dividida com o português) e por fim solução para práticas linguísticas de contato ordinário (contato com falantes de línguas avaliadas como “difíceis”).

A regulação dos recursos linguísticos se entrelaçam em ideologias contraditórias, promovendo e exigindo a língua portuguesa como “ônus do estrangeiro” e ao mesmo tempo permitindo a língua inglesa como língua franca no contato linguístico globalizado com

línguas hierarquizadas como “raras” (finlandês) ou “difíceis” (coreano). Isso significa uma maior flexibilidade linguística para falantes dessas línguas, isto é, certas regulações de recursos linguísticos afetam as hierarquias produzidas por categorias nacionais.

Há uma corporificação da legitimidade linguística/comunicacional, combinada com certas hegemonias sobre língua em circulação no Brasil (monolinguismo) e no mundo (inglês como língua franca), articulações desiguais entre categorias de diferença e diferenciações linguísticas e contraditórias entre si, como expressam as Figuras 2 e 3.



Figura 2: Fluxo de regulação proibitiva.

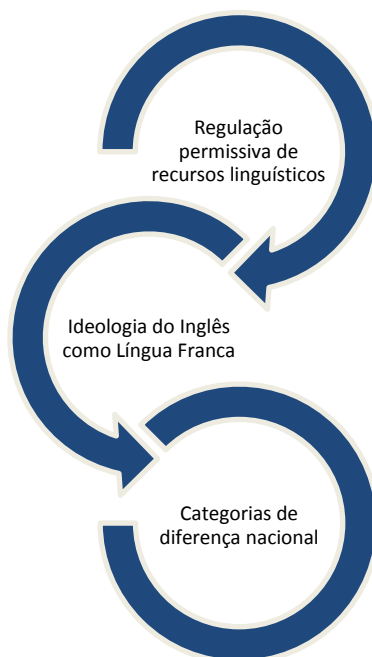


Figura 3: Fluxo de regulação permissiva

## 5. Conclusões e novas questões

O monolingüismo tem sido confirmado pela literatura especializada como o principal aspecto das ideologias linguísticas hegemônicas no Brasil (ALTENHOFEN, 2004; PINTO, 2012; CORREA, 2009; CAVALCANTI, 1999; DIAS, 1996; MARIANI, 2004; PAIVA, 2008). Mas o monolingüismo presente nas atas do CNIg não se aplica unicamente ao Brasil e é extensivo às demais nacionalidades, em dois processos semióticos correlacionados: a iconização das categorias de nacionalidade nas línguas que as fixa em uma relação nação-língua, e o apagamento das marcas dessa iconização que a essencializa na relação entre língua nacional-língua oficial. Essa ideologia do monolingüismo é antes de mais nada uma ideologia da homogeneidade linguística, pressupondo países/nações como espaços de línguas oficiais.

Por outro lado, as mudanças no mundo contemporâneo afetam as configurações ideológicas sobre línguas circulantes nas atas, o que é de se esperar em tempos híbridos (MOITA LOPES, 2008) e de uma sociolinguística da globalização (BLOMMAERT, 2010). Desde 2006, as intersecções entre categorias de identidade e as ideologias linguísticas ficaram mais complexas, contraditórias e hierarquizantes. A circulação de duas ideologias linguísticas contraditórias – o monolingüismo brasileiro e o inglês como língua franca – torna perversa a hierarquização de grupos marcados por categorias de diferença nacional na definição de

condições de acesso e permanência em território brasileiro. Para alguns, a ideologia do monolingüismo (aqui se fala português): o “estrangeiro” (leia-se, haitianos, bolivianos) deve aprender português; para outros, a ideologia da globalização do contato via inglês língua franca: o “estrangeiro” (leia-se, coreanos, finlandeses) só precisa saber o inglês, mesmo para documentos oficiais. Essa diferença opera hierarquias que implicam acessos desiguais – onde para uns há “barreira”, para outros há “autorização”.

Ainda é preciso discutir essas hierarquias em articulação com outros marcadores. Por que certas nacionalidades são acionadas num fluxo permissivo e outras num fluxo proibitivo? Por que algumas nacionalidades não são sequer acionadas? É preciso investigar mais, em variados espaços hegemônicos de circulação de regimes metadiscursivos, como outras categorias de diferença se articulam a esses fluxos, nesses outros espaços, para condicionar a corporificação da legitimidade linguística/comunicacional e justificar certas hierarquias de acesso e permanência no Brasil.

## Referências

ALTENHOFEN, C. V. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana**, v. 1, n. 3, p. 83-93, 2004.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PINTO, J. P. Modernidade e diferença colonial nos discursos hegemônicos sobre língua no Brasil. **Muitas Vozes**, v. 1, p. 171-180, 2012. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.5212/MuitasVozes.v.1i2.0001>

PINTO, J. P. Práticas contra-disciplinares na produção do conhecimento linguístico. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Org.). **Múltiplas perspectivas em Linguística**. 1ªed. Uberlândia, MG: Edufu, 2008, p. 1459-1464.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. L. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. **Annual Reviews of Anthropology**, v. 19, p. 59-88, 1990. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1146/annurev.an.19.100190.000423>

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. **Voices of modernity**: Language ideologies and the politics of inequality. New York: Cambridge University Press, 2003. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511486647>

BEHARES, L. E. **V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas**. Montevideo: Asociación de Universidades Grupo Montevideo, 2011.

BEILKE, N. S. V. Do nativo ao pomerano: as línguas, os dialetos e falares vivos de um Brasil pouco conhecido. **Domínios de Lingu@gem**, v. 7, n. 1, p. 263-283, jan./jun. 2013.

BHATT, R. M. Unraveling post-colonial identity through language. In: COUPLAND, N. **The handbook of language and globalization**. Sussex: Wiley-Blackwell, 2010, p. 520-539. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1002/9781444324068.ch23>

BLOMMAERT, J. Citizenship, language & superdiversity: Towards complexity. **Working Papers in Urban Language & Literacies**, n. 95. Disponível em: <<http://www.kcl.ac.uk/sspp/departments/education/research/lde/publications/workingpapers/95.pdf>>, acesso em 28 nov. 2012a.

BLOMMAERT, J. **Ethnography, superdiversity and linguistic landscapes**: chronicles of complexity. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

BLOMMAERT, J. **Language ideological debates**. New York: Mouton de Gruyter, 1999. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1515/9783110808049>

BLOMMAERT, J. **State Ideology and Language in Tanzania**. 2ª ed. rev. ampl. Edinburgh: University Press, 2013.

BLOMMAERT, J. Supervenaculares and their dialects. **Dutch Journal of Applied Linguistics**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2012b. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/dujal.1.1.03blo>

BLOMMAERT, J. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511845307>

BLOMMAERT, J. **The Sociolinguistics of Globalization**. Cambridge: University Press, 2010. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511845307>

BLOMMAERT, J; RAMPTON, B. Language and superdiversity. **Diversities**, v. 13, n. 2, p. 1-22, 2011.

BOKHORST-HENG, W. Singapore's *Speak Mandarin Campaign*: Language ideological debates and the imagining of the nation. In: BLOMMAERT, J. **Language ideological debates**. New York: Mouton de Gruyter, 1999, p. 235-265.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Ministério de Estado do Trabalho. Portaria nº. 634, de 21 de junho de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 1996, Seção 1, p. 11.299.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração. **Atas (2004-2013)**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/atas.htm>>, acessos em datas variadas.

BUSCH, B. The Linguistic Repertoire Revisited. **Applied Linguistics**, v. 33, n. 5, p. 503-523, 2012. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1093/applin/ams056>

CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre Educação Bilingüe e Escolarização em Contextos de Minorias Lingüísticas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. especial, p. 385-417, 1999.

CODÓ, E. **Immigration and bureaucratic control**. Language Practices in Public Administration. New York: Mouton de Gruyter, 2008.

CODÓ, E. Trade unions and NGOs under neoliberalism: between regimenting migrants and subverting the State. In: DUCHÊNE, A.; MOYER, M.; ROBERTS, C. **Language, migration and social inequalities**: a critical sociolinguistic perspective on institutions and work. Bristol: Multilingual Matters, 2013, p. 25-55.

COLLINS, J. The Ebonics controversy in context: literacies, subjectivities, and language ideologies in the United States. In: BLOMMAERT, J. **Language ideological debates**. New York: Mouton de Gruyter, 1999, p. 201-234. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1515/9783110808049.201>

CORREA, D. A. Política linguística e ensino de lingual. **Calidoscópio**, v. 7, n. 1, p. 72-78, jan/abr 2009. **crossref** <http://dx.doi.org/10.4013/cld.2009.71.07>

COUPLAND, N. **The handbook of language and globalization**. Sussex: Wiley-Blackwell, 2010. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1002/9781444324068>

DALMAU, M. S. Fighting exclusion from the margins: *locutórios* as dities of social agency and resistance for migrants. In: DUCHÊNE, A.; MOYER, M.; ROBERTS, C. **Language, migration and social inequalities**: a critical sociolinguistic perspective on institutions and work. Bristol: Multilingual Matters, 2013, p. 248-271.

DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional**. Campinas: Pontes, 1996.

DICK, H. P. Language and migration to the United States. **Annual Review of Anthropology**, n. 40, p. 227-240, 2011. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-anthro-081309-145634>

DIGIACOMO, S. M. Language ideological debates in an Olympic city: Barcela 1992-1996. In: BLOMMAERT, J. **Language ideological debates**. New York: Mouton de Gruyter, 1999, p. 105-142. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1515/9783110808049.105>

DUCHÊNE, A.; MOYER, M.; ROBERTS, C. **Language, migration and social inequalities**: a critical sociolinguistic perspective on institutions and work. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

EXTRA, G.; SPOTTI, M.; VAN AVERMAET, P. Testing regimes for newcomers. In: EXTRA, G.; SPOTTI, M.; VAN AVERMAET, P. (ed.). **Language Testing, Migration and Citizenship: Cross-National Regimes**. London: Continuum, 2009.

FARACO, C. A. **Estrangeirismos: Guerras em torno da lingual**. São Paulo: Parábola, 2001.

FRITZEN, M. P. Ich spreche anders, aber das ist auch deutsch: línguas em conflito em uma escola rural localizada em zona de imigração no sul do Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 47, n. 2, p. 341-356, jul./dez. 2008.

FRITZEN, M. P. “Ia na escola alemã e de um dia pro outro fechou. E nós não sabíamos falar o português”: refletindo sobre as políticas linguísticas em contexto de língua minoritária. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.15, n.1, p. 113-138, jan./jul. 2012.

FRITZEN, M. P. Reflexões sobre práticas de letramento em contexto escolar de língua minoritária. **D.E.L.T.A.**, v. 27, n. 1, p. 63-76, 2011.

GAL, S. Language ideologies compared: metaphors of public/private. **Journal of Linguistic Anthropology**, v. 15, n. 1, p. 23-37, 2005. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1525/jlin.2005.15.1.23>

HALL, S. Quem precisa de identidade? Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 103-133.

HANKS, W. F. Text and textuality. **Annual Reviews of Anthropology**, v. 18, p. 95-127, 1989. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1146/annurev.an.18.100189.000523>

HELLER, M. Legitimate language in a multilingual school. In: HELLER, M.; MARTIN-JONES, M. **Voices of authority: Education and linguistic difference**. Westport, Connecticut: Ablex Publishing, 2001, p. 381-402.

HELLER, M.; MARTIN-JONES, M. **Voices of authority: Education and linguistic difference**. Westport, Connecticut: Ablex Publishing, 2001.

IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. **Regimes of language: ideologies, politics, and identities**. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000, p. 35-83.

JACQUEMET, M. Crosstalk 2.0: asylum and communicative breakdowns. **Text & Talk**, v. 31, n. 4, p. 475-497, 2011. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1515/text.2011.023>

JACQUEMET, M. Transidioma and Asylum: Gumperz’s Legacy in Intercultural Institutional Talk. **Journal of Linguistic Anthropology**, v. 23, n. 3, p. 199-212, 2013. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1111/jola.12027>



JACQUEMET, M. Transidiomatic practices: Language and power in the age of globalization. **Language & Communication**, v. 25, 2005, p. 257-277. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1016/j.langcom.2005.05.001>

KROSKRITY, P. Language Ideologies. In: DURANTI, A. (ed.). **A Companion to Linguistic Anthropology**. Blackwell Publishing, 2006, p. 496-517.

KROSKRITY, P. **Regimes of language**: ideologies, politics, and identities. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000.

MAHER, T. de J. M. Políticas lingüísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v.10, n.1, jan/jun. 2010, p.33-48.

MAKONI, S.; MASHIRI, P. Critical historiography: does language planning in Africa need a construct of language as part of its theoretical apparatus? In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (ed.). **Disinventing and reconstituting languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2007, p. 62-89.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. **Disinventing and reconstituting languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2007.

MARIANI, B. **Colonização lingüística**. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

MARTIN-JONES, M.; SAXENA, M. Turn-taking and the positioning of bilingual participants in classroom discourse: insights from primary school in England. In: HELLER, M.; MARTIN-JONES, M. **Voices of authority**: Education and linguistic difference. Westport, Connecticut: Ablex Publishing, 2001, p. 117-138.

MELLO, H. A. B. de. Perfil sociolingüístico de uma comunidade bilingüe da zona rural de Goiás. **Linguagem & Ensino**, v. 4, n. 2, p. 61-92, 2001.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais / Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MOITA LOPES, L. P. da. Inglês e globalização em uma epistemologia de fronteira: ideologia lingüística para tempos híbridos. **D.E.L.T.A.**, v. 24, n. 2, p. 309-340, 2008.

MOITA LOPES, L. P. da. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolingüístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 101-119.

MOORE, H. Telling what is real: competing views in assessing ESL development in Australia. In: HELLER, M.; MARTIN-JONES, M. **Voices of authority**: Education and linguistic difference. Westport, Connecticut: Ablex Publishing, 2001, p. 335-380.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico. **Revista Linguagem**, v. 11, s/p, nov./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao11/artigo12.pdf>>, acesso em: 5 set. 2013.

PAIVA, C. G. Brasil: nação monolíngue? In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008, v. 1, p. 187-201.

PEREIRA, M. C.; COSTA, R. V. da. Bilingüismo e opção pela segunda língua em contexto formal: uma política lingüística indefinida? **Línguas & Letras**, v. 8, n. 14, p. 37-50, 2007.

PHILIPS, S. U. Constructing a Tongan Nation-State through language ideology in the courtroom. In: KROSKRITY, P. **Regimes of language: ideologies, politics, and identities**. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000, p. 229-257.

POVINELLI, E. Intimate Grammars: anthropological and psychoanalytic accounts of language, gender, and desire. In: JOURDAN, C.; TUIE, K. (org.). **Language, culture, and society: key topics in linguistic anthropology**. Cambridge: University Press, 2006, p. 190-206.

PRATT, M. L. Ideology and Speech-Act Theory. **Poetics Today**, v. 7, n. 1, p. 59-72, 1986. **crossref** <http://dx.doi.org/10.2307/1772088>

PRATT, M. L. Linguistic utopias. In: FABB, N. et al. **The linguistics of writing: arguments between language and literature**. New York: Nethuen Inc., 1987, p.

ROJO, L. M. (De)capitalising students through linguistic practices. A comparative analysis of new educational programmes in a global era. In: DUCHÊNE, A.; MOYER, M.; ROBERTS, C. **Language, migration and social inequalities: a critical sociolinguistic perspective on institutions and work**. Bristol: Multilingual Matters, 2013, p. 118-146.

SANTOS, M. E. P.; CAVALCANTI, M. do C. Identidades Híbridas, Língua(Gens) Provisórias – Alunos “Brasiguaios” Em Foco. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 47, n. 2, p. 429-446, 2008.

SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

SEYFERTH, G. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 149-197, jul./dez. 2004.

SIGNORINI, I. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: SIGNORINI, I. (org.). **Situar a linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 117-148.

SILVA, F. L. da; RAJAGOPALAN, K. **A Linguística que nos faz falhar**. Investigação crítica. São Paulo: Parábola, 2004.

SILVERSTEIN, M. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: LUCY, John A. (Org.). **Reflexive language**: reported speech and metapragmatics. Cambridge: University Press, 1993. p. 33-58. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511621031.004>

SILVERSTEIN, M. Whorfianism and the linguistic imagination of nationality. In: KROSKRITY, P. **Regimes of language**: ideologies, politics, and identities. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000, p. 85-138.

SILVERSTEIN, M.; URBAN, G. (ed.). **Natural Histories of Discourse**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, v.30, n. 6, 1024-1054, 2007. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1080/01419870701599465>

WANG, X. et al. Globalization in the margins: toward a re-evaluation of language and mobility. **Applied Linguistics Review**, v. 5, n. 1, p. 23-44, 2014. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1515/applirev-2014-0002>

WOOLARD, K. A.; SCHIEFFELIN, B. B. Language ideology. **Annual Reviews of Anthropology**, v. 23, p. 55-82, 1994. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.an.23.100194.000415>

Artigo recebido em: 09.05.2014

Artigo aprovado em: 07.07.2014